



PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. SÓSTENES CAVALCANTE)

Aumenta a pena do crime de usura pecuniária ou real.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para aumentar a pena do crime de usura pecuniária ou real.

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

4º

.....

.

Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa.

.....”

(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O crime de **usura**, também conhecido como **agiotagem**, está tipificado no art. 4º da Lei nº 1.521/1951, e se caracteriza, de modo geral, por empréstimos altamente especulativos, fundado em juros excessivos e exorbitantes.

A pena atualmente prevista para esse delito (detenção, de dois meses a dois anos), porém, é muito pequena, e não condiz com a gravidade





dessa conduta, que gera graves consequências sociais e econômicas. Sugerimos, por isso, que o preceito secundário do dispositivo seja alterado para prever uma sanção consideravelmente mais elevada: reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Afinal, ao se oferecer empréstimos a juros abusivos, explora-se a vulnerabilidade financeira de indivíduos e pequenos empreendedores, agravando desigualdades sociais e gerando um ciclo de endividamento praticamente impossível de romper. Além disso, a prática alimenta uma economia paralela, muitas vezes associada a atividades criminosas, como lavagem de dinheiro e extorsão.

O endurecimento das penas busca, assim, desestimular a atuação de agiotas e reforçar a proteção dos cidadãos, promovendo a segurança financeira e a integridade das relações econômicas.

Ademais, o aumento da pena reflete o compromisso do Estado em combater práticas ilícitas que afetam diretamente o bem-estar da sociedade (compromisso que, inclusive, encontra previsão expressa no art. 21, § 3º, da Convenção Americana de Direitos Humanos, que estabelece que “*tanto a usura, como qualquer outra forma de exploração do homem pelo homem, **deve ser reprimida pela lei***”). Quando as consequências legais são brandas, a agiotagem pode se perpetuar como um “negócio lucrativo”, enquanto as vítimas enfrentam perdas patrimoniais e, em casos extremos, danos à saúde mental e física.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 2024.

Deputado **SÓSTENES CAVALCANTE**
(PL/RJ)

